

**MUNICÍPIO DE TAROUCA**

2019.04.18

CÂMARA MUNICIPAL**ATA NÚMERO 42/2017-21 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAROUCA DE 18 DE ABRIL DE 2019**

Aos dezoito dias do mês de abril do ano de dois mil e dezanove, nesta cidade de Tarouca, edifício dos Paços do Município, salão Nobre das reuniões, sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara, Valdemar de Carvalho Pereira, com a assistência da Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira, Luísa Maria de Sousa Teixeira Ramos e a presença dos Senhores Vereadores Afonso Manuel Batista Dias, José Damião Lopes Guedes de Melo, Susana Cristina Dias Pereira e Ana Maria Silva Xavier Guerra, teve lugar a quadragésima segunda reunião desta Câmara Municipal, no mandato autárquico de dois mil e dezassete - dois mil e vinte e um.

O **Senhor Presidente da Câmara** declarou aberta a reunião pelas dez horas.

APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR

Passou-se de imediato à apreciação da minuta da ata número quarenta e um da reunião desta Câmara Municipal de quatro de abril corrente, a qual foi aprovada por unanimidade sem alterações.

De seguida, teve início o

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

A **Senhora Vereadora Ana Maria Silva Xavier Guerra** solicitou novamente o regulamento de trânsito do Concelho.

Disse que o sinal de trânsito que referiu na última reunião desta Câmara Municipal ainda não está visível para os condutores.

Solicitou ainda informação sobre os herbicidas que estão a ser aplicados nos passeios e nos espaços públicos.

O **Senhor Presidente da Câmara**, em resposta, informou o seguinte:

1º quanto ao Regulamento Municipal de Trânsito, encarregou a Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira de satisfazer o pedido da Senhora Vereadora para a próxima reunião.

2º no que respeita ao sinal de STOP colocado no cruzamento da Rua João de Deus com a Av. Vice-Almirante Adriano Saavedra, tinha ordenado a verificação do mesmo ao Chefe de Divisão das Obras Municipais, estando convencido que o assunto foi resolvido. No entanto, irá saber qual o ponto de situação, para posterior informação.

Informou ainda que a zona do passeio da Rua Padre Duarte Fernandes, em frente ao Quartel dos Bombeiros Voluntários de Tarouca, já foi intervencionada.

A **Senhora Vereadora Ana Maria Silva Xavier Guerra** informou que o sinal de trânsito em causa ainda não está corretamente colocado, o que constitui uma situação de perigo para quem circula naquelas ruas.

O **Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo**, quanto ao herbicida, informou que, desde março de dois mil e dezassete, os serviços municipais utilizam produtos com características técnicas conforme a legislação em vigor, mas cuja eficiência

é menor. Salientou que, atualmente, há que escolher entre defender o ambiente e ter as ruas com algumas ervas, não é possível ter o melhor das duas opções.

Não havendo outras intervenções, passou-se de imediato à discussão da seguinte:

ORDEM DO DIA

PONTO 1- Apreciação do inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação relativo ao ano de 2018

PONTO 2 - Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas referentes ao ano de 2018, acompanhados da certificação legal de contas e do parecer sobre as mesmas, apresentados pela Sociedade de revisores oficiais de contas "BDO & Associados, SROC, Lda."

PONTO 3 - Autorização prévia genérica para assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação - informação respeitante ao período de 23.01.2019 a 16.04.2019

PONTO 4 - Empreitada de construção da "Área de Acolhimento Empresarial e Logística de Tarouca" - Autorização para assunção do compromisso plurianual - proposta

PONTO 5 - 2ª Revisão ao orçamento e às Grandes Opções do Plano para 2019 - proposta

PONTO 6 - Relatório de avaliação do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias constantes da Lei n° 24/98, de 26 de maio, referente ao ano de 2018

PONTO 7 - Jornal Sopé da Montanha - pedido de apoio

PONTO 8 - Flor do Sabugueiro - Associação Recreativa e Cultural de Dálvares - plano de atividade para o ano de 2019

PONTO 9 - Requerimento de Tânia Catarina Cerdeira Santos - venda da Fração Autónoma D

PONTO 10 - Apoios concedidos a entidades e organismos legalmente existentes, com vista à prossecução de obras e eventos de interesse para o município, bem como às freguesias - Informação do Senhor Presidente da Câmara

PONTO 11 - Apoios concedidos para atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o Município - Informação do Senhor Presidente da Câmara

PONTO 12 - Resumo diário da tesouraria

PONTO 13 - Proposta de atribuição de reconhecimento público ao trabalhador deste Município Alberto da Conceição Pereira

PONTO 1- APRECIACÃO DO INVENTÁRIO DE TODOS OS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS E RESPETIVA AVALIAÇÃO RELATIVO AO ANO DE 2018

Presente o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais do Município e respetiva avaliação, até trinta e um de dezembro de dois mil e dezoito, elaborado de acordo com o POCAL, para efeitos de aprovação no uso da competência fixada na alínea i) do n°1 do artigo 33° do Anexo I à Lei n°75/2013, de 12.09.

**MUNICÍPIO DE TAROUCA**

2019.04.18

CÂMARA MUNICIPAL

Verificou-se que integram o inventário os seguintes documentos:

- a) fichas patrimoniais referentes a partes de capital, bens imóveis, equipamento básico, equipamento de transporte, ferramentas e utensílios, equipamento administrativo, outro imobilizado corpóreo e despesas de investigação e desenvolvimento (classe quatro do POCAL);
- b) relatório das existências em armazém (três), correspondente à classe três do POCAL;
- c) mapas das alterações patrimoniais, no valor total de 251.465,78 € (duzentos e cinquenta e um mil quatrocentos e sessenta e cinco euros e setenta e oito cêntimos);
- d) mapa geral de bens móveis abatidos, no valor total do abate de 538,45 € (quinhentos e trinta e oito euros e quarenta e cinco cêntimos) sendo o valor patrimonial atualizado de 93.627,07 € (noventa e três mil seiscentos e vinte e sete euros e sete cêntimos);
- e) mapa do ativo bruto reportado a trinta e um de dezembro de dois mil e dezoito, cujo saldo final é de 66.247.880,91 € (sessenta e seis milhões duzentos e quarenta e sete mil oitocentos e oitenta euros e noventa e um cêntimos);
- f) mapa das imobilizações em curso em trinta e um de dezembro de dois mil e dezoito, cujo saldo final é de 156.631,83 € (cento e cinquenta e seis mil seiscentos e trinta e um euros e oitenta e três cêntimos);
- g) mapa das amortizações e provisões reportado a trinta e um de dezembro de dois mil e dezoito, cujo saldo final é de 36.281.777,91 € (trinta e seis milhões duzentos e oitenta e um mil setecentos e setenta e sete euros e noventa e um cêntimos).

Verificou-se ainda que o valor total das dívidas a terceiros (classe dois do POCAL) é de 12.046.682,66 € (doze milhões quarenta e seis mil seiscentos e oitenta e dois euros e sessenta e seis cêntimos); que o valor total das dívidas de terceiros (classe dois do POCAL) é de 310.457,26 € (trezentos e dez mil quatrocentos e cinquenta e sete euros e vinte e seis cêntimos); que o valor total das existências (classe três do POCAL) é de 59.181,75 € (cinquenta e nove mil cento e oitenta e um euros e setenta e cinco cêntimos) e que o valor total das disponibilidades (classe um do POCAL) é de 238.857,21 € (duzentos e trinta e oito mil oitocentos e cinquenta e sete euros e vinte e um cêntimos) cujos documentos de suporte se encontram anexos aos documentos de prestação de contas.

O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo informou que tem vindo a ser feito um trabalho de regularização e atualização do inventário, quer mediante a introdução de investimentos feitos no passado, quer mediante o abate de bens que não estão a ser usados.

Apreciado o presente documento, foi o mesmo submetido à votação, tendo sido deliberado por unanimidade, aprovar o inventário de todos os bens, direitos e obrigações

patrimoniais deste Município, referente ao ano de dois mil e dezoito, elaborado de acordo com o POCAL, bem como todos os documentos que o compõem e a respetiva avaliação, no valor líquido de 29.966.103,00 € (vinte e nove milhões novecentos e sessenta e seis mil e cento e três euros).

Foi ainda deliberado por unanimidade enviar o inventário à Assembleia Municipal para apreciação, conforme previsto na alínea 1) do n.º 1 do artigo 25.º do suprarreferido diploma. Esta deliberação foi aprovada por unanimidade, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 2 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS REFERENTES AO ANO DE 2018, ACOMPANHADOS DA CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS E DO PARECER SOBRE AS MESMAS, APRESENTADOS PELA SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS "BDO & ASSOCIADOS, SROC, LDA."

Presentes os documentos de prestação de contas referentes ao ano de dois mil e dezoito, elaborados nos termos do Decreto-Lei n.º 59-A/99, de vinte e dois de fevereiro e da Resolução do Tribunal de Contas n.º 4/2001, publicada no Diário da República, 2.ª série, n.º 191, de 18 de agosto de 2001, com as alterações posteriores, os quais são os seguintes, que se encontram integralmente elaborados, devidamente arquivados na Secção de Contabilidade da Divisão Administrativa e Financeira deste Município, onde estarão disponíveis para consulta quando para tal forem solicitados:

☐ balanço, o qual apresenta o ativo no valor líquido de 31.272.401,62 € (trinta e um milhões, duzentos e setenta e dois mil e quatrocentos e um euros e sessenta e dois cêntimos); os fundos próprios no valor de 10.951.886,66 € (dez milhões, novecentos e cinquenta e um mil e oitocentos e oitenta e seis euros e sessenta e seis cêntimos) e o passivo no valor de 20.320.514,96 € (vinte milhões, trezentos e vinte mil quinhentos e catorze euros e noventa e seis cêntimos);

☐ demonstração de resultados, a qual apresenta o valor de 9.753.484,46 € (nove milhões e setecentos e cinquenta e três mil e quatrocentos e oitenta e quatro euros e quarenta e seis cêntimos) em custos e perdas e o valor de 9.195.931,57 € (nove milhões, cento e noventa e cinco mil e novecentos e trinta e um euros e cinquenta e sete cêntimos) em proveitos e ganhos, apresentando um resultado líquido negativo do exercício de 557.552,89 € (quinhentos e cinquenta e sete mil e quinhentos e cinquenta e dois euros e oitenta e nove cêntimos);

☐ plano plurianual de investimentos e plano das atividades municipais;

☐

orçamento (resumo);

☐ orçamento;

☐ controlo orçamental da despesa, o qual apresenta uma despesa paga no valor de 9.769.713,37 € (nove milhões, setecentos e sessenta e nove mil setecentos e treze euros e trinta e sete cêntimos);



Fl. 013
[Handwritten signature]

MUNICÍPIO DE TAROUCA

2019.04.18

CÂMARA MUNICIPAL

☐ controle orçamental da receita, o qual apresenta uma receita cobrada líquida no valor de 9.779.289,46 € (nove milhões, setecentos e setenta e nove mil duzentos e oitenta e nove euros e quarenta e seis centimos);

☐ execução do plano plurianual de investimentos, o qual apresenta um montante total executado no valor de 1.284.389,12 € (um milhão duzentos e oitenta e quatro mil trezentos e oitenta e nove euros e doze centimos) e resumo;

☐ execução do plano de atividades municipais, o qual apresenta um montante total executado no valor de 1.755.119,94 € (um milhão, setecentos e cinquenta e cinco mil e cento e dezanove euros e noventa e quatro centimos) e resumo;

☐ execução das grandes opções do plano, o qual apresenta um montante total executado no valor de € 3.039.509,06 (três milhões, trinta e nove mil e quinhentos e nove euros e seis centimos);

☐ fluxos de caixa: verificou-se que este documento apresenta um movimento orçamental de receita de 9.764.249,18 € (nove milhões, setecentos e sessenta e quatro mil e duzentos e quarenta e nove euros e dezoito centimos) acrescido do saldo da gerência anterior utilizado de 15.040,28 € (quinze mil e quarenta euros e vinte e oito centimos) e de despesa de 9.769.713,11 € (nove milhões, setecentos e sessenta e nove mil, setecentos e treze euros e trinta e sete centimos); acusando um saldo para a gerência seguinte de operações orçamentais de 9.576,09 € (nove mil e quinhentos e setenta e seis euros e nove centimos);

Verificou-se ainda em operações de tesouraria, um movimento de arrecadação de receitas no valor de 726.576,50 € (setecentos e vinte e seis mil e quinhentos e setenta e seis euros e cinquenta centimos) e de entregas no valor de 770.656,73 € (setecentos e setenta mil e seiscentos e cinquenta e seis euros e setenta e três centimos) acusando um saldo para a gerência seguinte de 229.281,12 € (duzentos e vinte e nove mil e duzentos e oitenta e um euros e doze centimos);

☐ contas de ordem, registando-se um movimento a débito e a crédito no valor de 240.773,86 € (duzentos e quarenta mil setecentos e setenta e três euros e oitenta e seis centimos);

☐ operações de tesouraria, cujo movimento foi de valor igual ao atrás mencionado;

☐ caracterização da entidade;

☐ notas ao balanço e à demonstração de resultados;

☐ modificações ao orçamento - receita;

☐ modificações ao orçamento - despesa;

☐ modificações ao plano plurianual de investimentos e ao plano de atividades municipais;

☐ contratação administrativa - situação dos contratos;

☐ transferências correntes - despesa;

☐ transferências de capital - despesa;

☐ mapa dos subsídios concedidos;

☐ transferências correntes - receita;

☐transferências de capital - receita;

☐empréstimos;

☐outras dívidas a terceiros;

☐relatório de gestão;

☐guia de remessa;

☐norma de controlo interno e suas alterações;

☐resumo diário de tesouraria do dia 31/12/2018, o qual apresente um saldo de operações orçamentais no montante de 9.576,09 € (nove mil e quinhentos e setenta e seis euros e nove cêntimos);

☐síntese das reconciliações bancárias;

☐mapa dos fundos de maneio;

☐relação dos trabalhadores em acumulação de funções;

☐relação nominal de responsáveis;

☐anexo ao balanço com a demonstração anual do cumprimento do plano de saneamento financeiro em 2018;

☐mapa dos custos por funções, o qual apresenta um saldo no montante de 10.160.353,05 € (dez milhões, cento e sessenta mil e trezentos e cinquenta três euros e cinco cêntimos);

☐anexos 1 e 2 à Resolução do Tribunal de Contas n° 6/2013 - Mapa das participações da entidade; e

☐anexo com a demonstração do cumprimento do limite da dívida total e da regra do equilíbrio corrente;

A Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira informou por escrito que não são apresentados os seguintes documentos:

☐Mapa dos subsídios obtidos, por não terem sido recebidos quaisquer subsídios;

☐Mapa dos ativos de rendimento fixo, por não ter havido qualquer movimento contabilístico referente a este tipo de aplicações financeiras;

☐Mapa dos ativos de rendimento variável, por não ter havido movimento contabilístico referente a este tipo de aplicações financeiras;

☐Relação de emolumentos notariais e custas de execuções fiscais, por não terem sido pagas quaisquer importâncias desta natureza;

☐Relatório e contas das sociedades comerciais previstas no artigo 3° da Lei n° 50/2012, de 31 de agosto, nas quais o Município exerça uma influência significativa, por não terem sido elaborados, uma vez que o Município não participa em entidades abrangidas pelo âmbito de aplicação da citada norma;

☐Deliberações dos órgãos executivo e deliberativo, previstas no artigo 61° da Lei n° 50/2012, de 31 de agosto, por não terem sido elaborados, uma vez que o Município não participa em entidades abrangidas pelo âmbito de aplicação da citada norma;

☐Planos de integração ou internalização referidos no n°12 do artigo 62° da Lei n° 50/2012, de 31 de agosto, por não terem sido elaborados, uma vez que o Município não participa em entidades abrangidas pelo âmbito de aplicação da citada norma;



2019.04.18

MUNICÍPIO DE TAROUCA**CÂMARA MUNICIPAL**

□ Mapa da alienação da totalidade ou de parte do capital social das empresas locais e de outras sociedades comerciais, por não existirem;

□ Identificação das eventuais medidas adotadas no âmbito do artigo 65º da Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, por não terem sido elaborados, uma vez que o Município não participa em entidades abrangidas pelo âmbito de aplicação da citada norma. Verificou-se que os presentes documentos vêm acompanhados da certificação legal das contas emitida em dezoito de abril corrente pela sociedade de revisores oficiais de contas "BDO & Associados, SROC, Lda.", com reservas, cujo teor se dá aqui por integralmente reproduzido.

O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo, acerca dos presentes documentos de prestação de contas, disse o seguinte:

"Em primeiro lugar, apresento o meu agradecimento profundo aos funcionários da Autarquia, porque o relatório e contas são também deles na sua execução e na preparação pela Divisão Administrativa e Financeira, cujo serviço de Contabilidade, nesta altura, não tem horas nem dias de descanso, deixando-lhes, por isso, uma palavra de gratidão.

Uma palavra de gratidão para com os Senhores Vereadores do Partido Socialista. Ainda ontem reunimos durante cerca de três horas sobre as contas. Agradeço por terem a paciência de me ouvir e empenho para estarem dentro dos assuntos da Autarquia.

Em termos orçamentais, a execução chegou a cerca de 70%, percentagem que é a possível, por vários fatores, sendo o principal a obrigatoriedade de colocar em orçamento todas as dívidas a pagar e a partir do momento em que não pagamos põe em causa a execução.

Além disso, existe um conjunto de investimentos não executados e relacionadas com o quadro comunitário de apoio em vigor, uma vez que se gera a expectativa de que vai abrir e depois não acontece.

Quanto às Grandes Opções do Plano, o maior desvio verificado na taxa de execução deve-se aos atrasos de pagamento e na abertura de períodos de candidatura aos fundos comunitários (por exemplo, Tarouca Acessível; Julgado de Paz - aprovado em 2019; aviso eficiência energética; avisos cadastro das redes de águas residuais e de abastecimento de água; PROVERE, que foi publicado em 2017 e só no início de 2019 foi possível fazer a candidatura).

Mas é nosso dever falar naquilo que efetivamente aconteceu. Nas funções gerais, a modernização administrativa tem estado presente sempre.

Proteção Civil: todos se lembrarão daquilo que foi a exigência do ano de 2018, em que o Município garantiu a execução de várias faixas de gestão de combustível e a limpeza de terrenos.

Em nenhum momento deixámos de apoiar as instituições locais: pagámos sempre à Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários.

Ao nível da educação, têm vindo a ser desenvolvidas várias medidas de apoio, ao Agrupamento e aos alunos: transportes escolares gratuitos; refeições gratuitas; ATL de Verão, entre outros.

Na saúde, o foco da Autarquia tem sido a viatura móvel, com dinâmica e proximidade.

Na ação social, que hoje é uma das funções com maior exigência para as Autarquias, o Senhor Presidente da Câmara não nega as suas responsabilidades: garantindo uma retaguarda de apoio, quer aos doentes, quer às famílias; com o Programa Rejuvenescer Tarouca que é um trabalho continuado, que garante o combate à solidão, promovendo o envelhecimento ativo.

Foram inúmeras as ações de divulgação e promoção do território, e por isso hoje existe uma maior procura do nosso concelho por empreendedores.

Saliento também os Planos de Reabilitação Urbana, que começam já a dar frutos, como a revitalização do Morro de Alcáçima, zonas ribeirinhas de Tarouca e Ucanha, bem como tudo o que são benefícios fiscais para os particulares que reabilitarem edifícios nos centros históricos do Concelho.

De referir ainda a obra das redes de saneamento de Valverde, Ucanha e Meixedo, exigente ao nível técnico e financeiro; os resultados do trabalho feito no âmbito da proteção do ambiente, reconhecidos com o galardão de Eco - Município.

Cada vez há mais eventos culturais no Concelho. A nossa sociedade percebeu isso e as associações também apresentam iniciativas com muita qualidade.

O cinema continua a ser uma aposta ganha com tantas sessões com lotação esgotada.

Desporto, recreio e lazer: Tarouca afirma-se como um território com capacidade para realização de eventos desportivos em especial do desporto de aventura, aliados aos tradicionais, futebol, andebol e futsal. Somos uma referência na região na área desportiva.

A Régiefrutas em 2018 foi capaz de dar um salto positivo, do qual falará o Senhor Presidente da Câmara.

Na função indústria e energia, a construção da AAEL começa a ser uma realidade e já foram vendidos lotes.

Nesta área, em 2018, também avançámos com a substituição das luminárias por LEDs, e aguardamos o procedimento do concurso público para o resto do Concelho.

Transportes e Comunicação: elaborámos um plano de ação para a mobilidade sustentável, que terminará em setembro de 2019 e tudo faremos para apresentar projetos até maio de 2019.

Turismo: é função do Município tudo fazer para promover a divulgação do território. Não é nossa função abrir alojamentos locais.

Temos promovido o Município e esse trabalho tem sido tão bem feito, que hoje é visível ao nível da hotelaria, com novos



2019.04.18

MUNICÍPIO DE TAROUCA**CÂMARA MUNICIPAL**

empreendedores e uma procura diferente da que houve no passado.

Uma nota final sobre a evolução da receita. Este é terceiro ano consecutivo em que as transferências correntes para o Município de Tarouca registam uma diminuição. No mesmo sentido as transferências de capital.

Ao nível das despesas realço o equilíbrio orçamental, que é garantido em 2018.

Limites legais: quando iniciámos funções no Executivo existiam três limites de dívida, que eram analisados. Neste momento, apenas é analisado o limite da dívida total.

Este ano pela primeira vez saímos do excesso de endividamento. Pagamentos em atraso: já expliquei que em 2017 fizemos um acordo de pagamentos com as Águas do Norte, esperando que em 2018 fosse feito um novo acordo em condições mais vantajosas, cuja regulamentação não saiu. Não fosse isso, não teríamos pagamentos em atraso. Em 2019, já há acordo.

Quanto à contabilidade patrimonial: podemos observar que apresenta um aumento de gastos de cerca de € 400.000 e uma redução de proveitos de cerca de € 200.000 e por isso há um resultado líquido do exercício negativo de cerca de quinhentos e cinquenta mil euros.

Ao nível das receitas, não conseguimos chegar aos valores de 2015 (enquanto não for resolvido a matéria dos residentes e não residentes em termos de Imposto Municipal sobre Imóveis). Finalmente, os documentos de prestação de contas foram objeto de certificação legal pela sociedade BDO, e por isso o conforto da nossa votação é maior. Apresentam algumas ênfases, nomeadamente sobre os fundos disponíveis que, infelizmente, a partir de março de cada ano registam valores negativos, não obstante as medidas que têm vindo a ser adotadas."

O Senhor Presidente da Câmara disse o seguinte:

"O meu reconhecimento aos colaboradores da Divisão Administrativa e Financeira que elaboraram a prestação de contas, pelo empenho e disponibilidade sempre demonstrados. O meu agradecimento também ao Senhor Vice-Presidente pela forma leal e competente como trabalha estes documentos e aos restantes Senhores Vereadores pela vossa participação e disponibilidade.

Os Senhores Vereadores já o leram e ouviram certamente o Senhor Vice-Presidente que explicou muito bem o relatório de gestão.

A execução orçamental é sempre para nós uma prioridade. Gostaríamos de no ano findo ter atingido a meta de 85% da receita prevista, o que ainda não lográmos alcançar.

No que respeita à agricultura, o Concelho é muito individual, o emparcelamento é muito difícil. A Régiefrutas tem complementado estas falhas e neste momento transforma vários produtos. O nosso objetivo é que continue a dar resposta ao escoamento dos produtos dos agricultores.

Termino, reiterando que, no ano dois mil e dezoito, tudo fizemos para dar o nosso melhor: são todos testemunhas disso."

O Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias disse o seguinte: "Agradeço ao Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo os esclarecimentos prestados, porque o que sei das contas foi o resultado da reunião que teve connosco.

A prestação de contas é um documento muito extenso, que recebemos muito em cima da reunião e por isso não conseguimos ler, com tempo.

Reconheço que há contratempos, mas julgo que não é correto que nos mandem um relatório na noite anterior à reunião em que o iríamos discutir.

Por isso, apenas superficialmente olhei para o documento, não conseguindo humanamente ter uma opinião crítica sobre o mesmo. De qualquer modo, verifico que o Município vive o dia a dia em termos financeiros com preocupações. Depois é muito dependente de tudo o que são candidaturas.

Mais: existe um desequilíbrio completo, porque é muito difícil organizar a atividade municipal, quando as despesas com pessoal e outras despesas de funcionamento, consomem quase toda a receita corrente disponível.

É uma questão de opções.

Mas o que se verifica não é uma situação temporária. Daí que, deverá haver uma preocupação muito grande no sentido de resolver este problema a médio e longo prazo, senão teremos um fardo enorme para sustentar todos os meses.

E quanto aos Recursos Humanos, terá que haver um cuidado maior, porque temos tido períodos eleitorais em que se cometem nesta matéria muito erros, que já vêm de épocas anteriores. Isto não deixa que o Município funcione em termos eficientes, mesmo para o pessoal.

Realço o bom trabalho feito em termos de ambiente. O galardão recebido é merecido. Hoje, só se as pessoas não forem cuidadosas é que não teremos um concelho melhor.

Terminando, ressalvo a questão que é mencionada no relatório sobre as ações judiciais interpostas contra o Município pela sociedade Águas do Norte, SA, cujos pedidos não se encontram reconhecidos nas contas. Concordo que não estejam reconhecidos e apoio essa decisão. Embora deva sempre haver uma preocupação, os indícios que existem - já vencemos uma ação judicial- estão do nosso lado."

O Senhor Presidente da Câmara agradeceu as palavras do Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias, recordando-se bem de que quando era Vereador desta Câmara Municipal também se debatia com as dificuldades decorrentes do recebimento da documentação no dia anterior, que era muito próxima à reunião. Por isso, irão ser adotadas medidas no sentido de os próximos documentos de prestação de contas serem enviados aos Senhores Vereadores com a antecedência mínima de quatro dias.

Por fim, salientou que no ano findo foi levado a cabo o processo de regularização de vínculos precários, de trabalhadores que estavam ao serviço do Município antes de

**MUNICÍPIO DE TAROUCA**

2019.04.18

CÂMARA MUNICIPAL

iniciar funções como Presidente da Câmara, considerando que a decisão foi de inteira justiça.

O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo esclareceu que a auditoria às contas exige pequenas correções, quase diárias, que alteram vários documentos e por isso não é fácil enviar a prestação de contas final, com muita antecedência. No entanto, irá diligenciar no sentido de ser dado cumprimento ao prazo recomendado pelo Senhor Presidente da Câmara. Disse ainda, quanto à dependência das candidaturas, que todos os Municípios de dimensão equivalente à de Tarouca não dependem das candidaturas, elas são a única oportunidade para realizar investimentos.

Lembrou, quanto ao pessoal, que até ao ano dois mil e dezasseis, não foi admitido nenhum novo trabalhador, e que o peso da despesa com pessoal mantém-se nos 44%. Disse ainda que, cada vez mais os Municípios têm uma função social e de fixação das pessoas. Por isso, provavelmente, não fosse a Câmara Municipal a empregar gente, o concelho estaria mais desertificado, reconhecendo que o que foi feito foi bem feito e que, nesta matéria mudou um pouco a sua visão.

Apreciados os mencionados documentos, foi deliberado por unanimidade:

☐ Aprovar, no uso da competência prevista na alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09, os documentos de prestação de contas referentes ao ano de dois mil e dezoito;

☐ Aprovar o relatório de gestão;

☐ Aprovar a proposta de aplicação do resultado líquido do exercício, constante do relatório de gestão, a submeter à aprovação da Assembleia Municipal, e que a seguir se transcreve na íntegra:

"De acordo com o definido no POCAL, o resultado líquido do exercício, deverá ter o seguinte tratamento:

"2.7.3.1. Aplicação aprovada pelo órgão deliberativo, mediante proposta fundamentada do órgão executivo.

2.7.3.2. No início de cada exercício, o resultado líquido do exercício anterior é transferido para a conta 59 "Resultados transitados".

Assim, em conformidade com o definido no POCAL, propõe-se que o resultado líquido do exercício, no valor de 557.552,89 € (quinhentos e cinquenta e sete mil quinhentos e cinquenta e dois euros e oitenta e nove cêntimos) negativos, seja transferido para resultados transitados.

Foi ainda deliberado por unanimidade enviar os presentes documentos de prestação de contas à Assembleia Municipal para apreciação e votação, conforme previsto 1) do n.º 1 do artigo 25.º do referido Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 3 - AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS OU A SUA REPROGRAMAÇÃO -

INFORMAÇÃO RESPEITANTE AO PERÍODO DE 23.01.2019 A 16.04.2019

Presente a informação do **Senhor Presidente da Câmara**, que a seguir se transcreve na íntegra:

"AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS OU A SUA REPROGRAMAÇÃO

INFORMAÇÃO REFERENTE AO PERÍODO DE 23.01.2019 A 16.04.2019

Para efeitos de cumprimento da obrigação de informação à Assembleia Municipal sobre os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização genérica concedida por deliberação daquele órgão datada de 10.12.2018, aquando da aprovação dos documentos previsionais para o ano de 2018, junto se anexa a respetiva lista, **de 23.01.2019 até 16.04.2019**, cujos valores são os seguintes:

Período de 23.01.2019 A 16.04.2019		
Ano	Valor do Período	Valor Acumulado desde 2019.01.01
2020	178.169,79€	178.169,79€
2021	136.568,80€	136.568,80€
2022	122.914,45€	122.914,45€
2023	120.541,25€	120.541,25€
2024	118.168,05€	118.168,05€
2025 e seguintes	1.812.183,64€	1.812.183,64€
Total	2.488.545,98€	2.488.545,98€

Paços do Município, 16.04.2019

O Presidente da Câmara,

a)Valdemar de Carvalho Pereira"

Verificou-se que a presente informação vem acompanhada da lista contendo a identificação individual de cada um dos compromissos, composta por sete folhas.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente informação e remeter a mesma à Assembleia Municipal para conhecimento.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta para produzir efeitos imediatos.

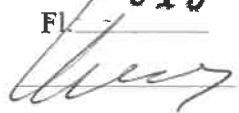
PONTO 4 - EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DA "ÁREA DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL E LOGÍSTICA DE TAROUCA" - AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL - PROPOSTA

Presente a proposta do **Senhor Presidente da Câmara**, que a seguir se transcreve:

"EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DA "ÁREA DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL E LOGÍSTICA DE TAROUCA"

**AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL
PROPOSTA**



019
Fl. 

MUNICÍPIO DE TAROUCA

2019.04.18

CÂMARA MUNICIPAL

O Município tem intenção de apresentar uma candidatura aos fundos comunitários para financiamento da execução da empreitada de construção da "Área de Acolhimento Empresarial e Logística de Tarouca".

O valor do respetivo orçamento é de 549 612,74 €, a que acresce o IVA à taxa legal em vigor.

A adjudicação da empreitada será precedida de concurso público, prevendo-se que a consignação da obra ocorra a partir do mês de outubro de 2019, repartindo-se assim a maior parcela do encargo no ano 2020.

De acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho (regime jurídico da realização das despesas públicas) e na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, é necessário obter da Assembleia Municipal a autorização prévia para a assunção do compromisso plurianual inerente ao contrato a celebrar.

Assim,

PROPONHO a V.Exa que esta Câmara Municipal delibere, no uso da competência prevista na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09, **solicitar à Assembleia Municipal autorização para a assunção do compromisso plurianual inerente ao contrato a celebrar na sequência da abertura do concurso público para adjudicação da empreitada de construção da "Área de Acolhimento Empresarial e Logística de Tarouca"**, de acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho (regime jurídico da realização das despesas públicas) e na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, em valor correspondente aos encargos a suportar no ano 2020, que se estimam no montante máximo de 500 000 €.

Tarouca, 15.04.2019

O Presidente da Câmara,

a)Valdemar de Carvalho Pereira"

O Senhor Presidente da Câmara explicou que proposta vem na sequência da explicação dada em anterior reunião, sobre a construção da AAEL de Tarouca.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta e solicitar à Assembleia Municipal autorização para a assunção do compromisso plurianual inerente ao contrato a celebrar na sequência da abertura do concurso público para adjudicação da empreitada de construção da "Área de Acolhimento Empresarial e Logística de Tarouca", de acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho (regime jurídico da realização das despesas públicas) e na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, em valor correspondente aos encargos a suportar no ano 2020, que se estimam no montante máximo de 500 000 €.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 5 - 2ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2019 - PROPOSTA

Presente a proposta do **Senhor Presidente da Câmara**, que a seguir se transcreve:

"2ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2019

PROPOSTA

Considerando:

a) a necessidade, superveniente à aprovação do orçamento para o corrente ano, de criar a rubrica da receita 160101 - "Saldo da gerência anterior- Na posse do serviço", a aprovar pela Assembleia Municipal em 26.04.2019, para utilização do mesmo, conforme previsto na alínea a) do ponto 8.3.1.4. do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei nº 54-A/99, de 05.04, na sua redação atual;

b) que a Lei do Orçamento do Estado para o corrente ano, permite alterações facultativas de posicionamento remuneratório, e para o efeito, na sequência da deliberação desta Câmara Municipal proferida no início de 2019, é necessário criar a rubrica da despesa 01010403 - " Alterações facultativas de posicionamento remuneratório";

c) foi celebrado com a sociedade "Águas do Norte, S.A." um acordo de regularização de dívida, não sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, o que permite reduzir o valor da despesa com a prestação dos serviços de abastecimento de água e de tratamento de águas residuais, em alta, previsto no Plano de Atividades Municipais para o ano em curso;

d) a necessidade de incluir a ação, não prevista, "Trabalhos por administração direta"- Parque Ribeirinho de Tarouca" e de reforçar os montantes da despesa para anos seguintes afetos aos projetos: "Abastecimento de água - Maquinaria e Equipamento/Material de Transpote-Locação Financeira"; "Construção da AAEL de Tarouca" e "Requalificação do Parque de Santa Helena":

Proponho a V. Exas que esta Câmara Municipal delibere, no uso da competência prevista na alínea c) do nº1 do artigo 33º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12.09, submeter à aprovação da Assembleia Municipal, no uso da competência prevista na alínea a) do nº 1 do artigo 25º do referido diploma, a seguinte proposta de revisão ao Orçamento e ao Plano de Atividades Municipais para o ano **2019**, cujos mapas se anexam:

***2ª** revisão ao Orçamento da Receita, que apresenta inscrições/reforços no montante de € 119.391,09 e diminuições/anulações no montante de € 359.576,09;

***2ª** revisão ao Orçamento da Despesa, que apresenta inscrições/reforços no montante de € 479.815,00 e diminuições/anulações no montante de € 720.000,00;

***2ª** revisão ao Plano Plurianual de Investimentos, que apresenta inscrições/reforços no montante de € 102.000,00;

***2ª** revisão ao Plano de Atividades Municipais, que apresenta inscrições/reforços no montante de € 7.815,00 e diminuições/anulações no montante de € 720.000,00.

Foi respeitado o princípio do equilíbrio orçamental.



MUNICÍPIO DE TAROUCA

2019.04.18

CÂMARA MUNICIPAL

Outras normas legais aplicáveis: pontos 8.3.1.1 a 8.3.1.4. e 8.3.2.2. do POCAL.

Paços do Município, 16.04.2019

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade submeter à aprovação da Assembleia Municipal, no uso da competência prevista na alínea a) do n° 1 do artigo 25° do referido diploma, a seguinte proposta de revisão ao Orçamento e ao Plano de Atividades Municipais para o ano **2019**, cujos mapas se anexam:

*2ª revisão ao Orçamento da Receita, que apresenta inscrições/reforços no montante de € 119.391,09 e diminuições/anulações no montante de € 359.576,09;

*2ª revisão ao Orçamento da Despesa, que apresenta inscrições/reforços no montante de € 479.815,00 e diminuições/anulações no montante de € 720.000,00;

*2ª revisão ao Plano Plurianual de Investimentos, que apresenta inscrições/reforços no montante de € 102.000,00;

*2ª revisão ao Plano de Atividades Municipais, que apresenta inscrições/reforços no montante de € 7.815,00 e diminuições/anulações no montante de € 720.000,00.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 6 - RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO GRAU DE OBSERVÂNCIA DO RESPEITO PELOS DIREITOS E GARANTIAS CONSTANTES DA LEI N° 24/98, DE 26 DE MAIO, REFERENTE AO ANO DE 2018

Presente o relatório de avaliação do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias constantes da Lei n° 24/98, de 26 de maio (Estatuto do Direito de Oposição), referente ao ano de dois mil e dezoito, o qual foi oportunamente remetido aos Senhores Vereadores.

Discutido ao assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar o relatório de avaliação o relatório de avaliação do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias constantes da Lei n° 24/98, de 26 de maio (Estatuto do Direito de Oposição), referente ao ano de dois mil e dezoito, e enviar o mesmo à Assembleia Municipal.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 7 - JORNAL SOPÉ DA MONTANHA - PEDIDO DE APOIO

Presente uma carta datada de oito de abril corrente, remetida pelo Jornal Sopé da Montanha, solicitando a atribuição de um subsídio para fazer face às diversas despesas com a publicação do jornal mensário Sopé da Montanha.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade atribuir à Fábrica da Igreja Paroquial de Tarouca um subsídio, de valor igual ao do ano anterior, no montante de mil euros, para o efeito solicitado, por ser uma publicação de interesse municipal (alínea o) do n° 1 do artigo 33° do Anexo I à Lei n° 75/2013, de 12.09).

PONTO 8 - FLOR DO SABUGUEIRO - ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E CULTURAL DE DÁLVARES - PLANO DE ATIVIDADE PARA O ANO DE 2019

Presente o plano de atividades da Associação Recreativa e Cultural de Dálvares "Flor do Sabugueiro", para o ano de dois mil e dezanove e respetivo orçamento no valor total de € 12.900,00 (doze mil e novecentos euros).

Apreciados estes documentos, foi deliberado por unanimidade atribuir à Associação Recreativa e Cultural de Dálvares - Flor do Sabugueiro, um subsídio no montante de € 2.000,00 (dois mil euros), destinado à realização das suas atividades culturais e recreativas previstas para o corrente ano, dado o interesse que as mesmas têm para a promoção da cultura do concelho e para a ocupação dos tempos livres (alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09).

Foi ainda deliberado por unanimidade aprovar a minuta do protocolo de colaboração a celebrar.

PONTO 9 - REQUERIMENTO DE TÂNIA CATARINA CERDEIRA SANTOS -

VENDA DA FRAÇÃO AUTÓNOMA D

Presente um requerimento, datado de 15 de abril corrente, em nome de Tânia Catarina Cerdeira Santos, solicitando que a venda da Fração Autónoma D, correspondente à cave direita, destinado a habitação, do Bloco 9, do Bairro 5 de Outubro, seja feita a seu favor e do seu irmão José Artur Figueiredo Santos, em comum e partes iguais, na proporção de ½ para cada um.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade o seguinte:

1- Revogar a deliberação proferida em reunião desta Câmara Municipal de vinte e quatro de janeiro último, no que respeita à venda a Tânia Catarina Cerdeira Santos;

2 - Vender a Tânia Catarina Cerdeira Santos e irmão José Artur Figueiredo Santos, em comum e partes iguais, na proporção de ½ para cada um, pelo preço de € 14 993,07 (catorze mil e novecentos e noventa e três euros e sete cêntimos), aprovado pela Câmara Municipal em sua reunião de 30.03.2011, o seguinte bem imóvel:

- Fração Autónoma D, correspondente à cave direita, destinada a habitação, do Bloco 9 do Bairro 5 de Outubro, sito na freguesia da União das Freguesias de Tarouca e Dálvares, concelho de Tarouca, prédio urbano constituído em regime de propriedade horizontal, inscrito na respetiva matriz predial sob o artigo 12.º e descrito na Conservatória do Registo Predial de Tarouca sob o número 455 de 16.05.1990 e ali inscrito a favor deste Município pela inscrição G-1.

A fração autónoma não poderá ser alienada antes de decorridos 5 anos sobre a data da celebração da escritura pública de compra e venda, a qual será outorgada no prazo máximo de 30 dias a contar da data da presente deliberação.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

**MUNICÍPIO DE TAROUCA**

2019.04.18

CÂMARA MUNICIPAL

PONTO 10 - APOIOS CONCEDIDOS A ENTIDADES E ORGANISMOS LEGALMENTE EXISTENTES, COM VISTA À PROSECUÇÃO DE OBRAS E EVENTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO, BEM COMO ÀS FREGUESIAS - INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA
Presente a seguinte informação do Senhor Presidente da Câmara:

"Apoios concedidos a entidades e organismos legalmente existentes, com vista à prossecução de obras e eventos de interesse para o município, bem como às freguesias (alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09)

Período de 02.04.2019 a 15.04.2019

Informação nos termos do n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:

❖ Freguesia da União das Freguesias de Gouveias e Ucanha

Total: €330,46

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção), para Casa Memória José Leite Vasconcelos - Ucanha;

❖ Freguesia da União das Freguesias de Granja Nova e Vila Chã da Beira

Total: € 773,12

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção) para a construção da Capela Mortuária de Vila Chã da Beira.

❖ Freguesia da União das Freguesias de Tarouca e Dálvares

1. Total: € 28,19

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção) para a capela Mortuária de Valverde - Tarouca.

2. Total: € 203,96

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção) para os tanques públicos em Valverde - Tarouca.

❖ Fábrica da Igreja Paroquial da União das Freguesias de Tarouca e Dálvares

Total: € 110,96

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção) para a capela de S. Tiago em Arguedeira - Tarouca.

❖ Fábrica da Igreja Paroquial de Salzedas

Total: € 111,97

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção) para a Casa Paroquial de Salzedas

Tarouca, 16 de abril de 2019

O Presidente da Câmara,

a)Valdemar de Carvalho Pereira"

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade ratificar os apoios concedidos.

PONTO 11 – APOIOS CONCEDIDOS PARA ATIVIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, EDUCATIVA, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO – INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA

Presente a seguinte informação do Senhor Presidente da Câmara:

"Apoios concedidos para atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o Município (alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09)

Período de 02.04.2019 a 15.04.2019

Informação nos termos do n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:

Ginásio Clube de Tarouca

Total: € 399,75

Finalidade: Apoio em espécie (t-shirts com impressão) para as atividades da associação.

❖ Clube Motorizado de Tarouca

Total: € 120,00

Finalidade: Apoio em espécie (serviços publicitários) aquando do evento PENTACONTROL em 03 de junho de 2018.

❖ Associação DH Tarouca

Total: € 100,00

Finalidade: Apoio em espécie (serviços publicitários) aquando do evento Taça de Portugal Downhill em 24 e 25 de fevereiro de 2018.

❖ Pedalar Clube de Cicloturismo Tarouca BTT

Total: € 60,00

Finalidade: Apoio em espécie (serviços publicitários) aquando do evento III Duetlo Vale do Varosa em 10 e 11 de março de 2018

❖ SCT – Sport Clube de Tarouca

1. Total: € 60,00

Finalidade: Apoio em espécie (serviços publicitários) aquando do evento Torneio de Amizade em 09 de junho de 2018.

Total: € 180,00

Finalidade: Apoio em espécie (serviços publicitários) aquando do evento TAROUCUP "Torneio de Juniores A" em 16 e 17 de junho de 2018.

Tarouca, 16 de abril de 2019

O Presidente da Câmara,



MUNICÍPIO DE TAROUCA

2019.04.18

CÂMARA MUNICIPAL

a)Valdemar de Carvalho Pereira"

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade ratificar os apoios concedidos.

PONTO 5 - RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA

Presente o resumo diário da tesouraria número setenta e cinco, de dezassete de abril corrente, o qual apresenta um saldo de dotações orçamentais no montante de € 115.789,56 (cento e quinze mil e setecentos e oitenta e nove euros e cinquenta e seis cêntimos) e um saldo de dotações não orçamentais no montante de € 242.118,19 (duzentos e quarenta e dois mil e centos e dezoito euros e dezanove cêntimos).

Foi tomado conhecimento.

PONTO 13 - PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE RECONHECIMENTO PÚBLICO AO TRABALHADOR DESTA CÂMARA ALBERTO DA CONCEIÇÃO PEREIRA

Presente a proposta do Senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve:

"PROPOSTA DE RECONHECIMENTO PÚBLICO

O cidadão Alberto da Conceição Pereira começou a trabalhar no Município de Tarouca em abril de 1969, como assalariado, com apenas 12 anos de idade, tendo-se mantido em funções até hoje.

Ao longo destes 50 anos de serviço demonstrou sempre a maior disponibilidade e zelo nas funções que desempenhou, tendo granjeado a amizade dos seus colegas e dos vários Executivos que passaram pelo Município.

É um homem de sorriso fácil, de bom relacionamento, com sentido de dever, responsabilidade, lealdade e profissionalismo bem demonstrados ao longo do seu percurso.

Pelo exposto, considero de toda a justiça enaltecer e valorizar, publicamente, o papel e a ação do trabalhador Alberto da Conceição Pereira, propondo a Vs. Exas. que lhe seja atribuído um voto de reconhecimento público pela sua dedicação e bom serviço em prol da causa pública ao longo de 50 anos, a ser atribuído nas comemorações do 45º aniversário do 25 de abril.

Paços do Município, 17 de abril de 2019.

O Presidente da Câmara Municipal,

a)Valdemar de Carvalho Pereira"

Procedeu-se à votação por escrutínio secreto da presente proposta, a qual foi aprovada por unanimidade. Assim, foi deliberado por unanimidade atribuir ao trabalhador Alberto da Conceição Pereira um voto de reconhecimento público pela sua dedicação e bom serviço em prol da causa

pública ao longo de cinquenta anos, a ser entregue nas comemorações do quadragésimo aniversário do 25 de abril. Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

DIVERSOS

O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo solicitou a seguinte retificação à ata da reunião de 10.01.2019, por se verificar lapso de escrita a folhas 153 a 154-verso do livro de atas nº 76, relativamente ao ponto 5- "Orçamentação e gestão das despesas com pessoal em 2019-Proposta":

Onde se lê: "d) alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório, abrangendo todas as carreiras: € 63 000,00;

e) alterações de posicionamento remuneratório, por opção gestonária: € 7 000,00, assim desagregado:

* carreira técnica superior: € 6 000;

* categoria de coordenador técnico da carreira de assistente técnico: € 1000"

Deverá ler-se: d)alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório, abrangendo todas as carreiras: € 90 000,00;

e) alterações de posicionamento remuneratório, por opção gestonária: € 11 000,00, assim desagregado:

* carreira técnica superior: € 8 500; e

* categoria de coordenador técnico da carreira de assistente técnico: € 2 500."

Foi deliberado por unanimidade aprovar a presente retificação.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião pelas onze horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente ata.

E eu, *Luiz Carlos de Sousa Teixeira Ramalho*, Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira, a subscrevi.

